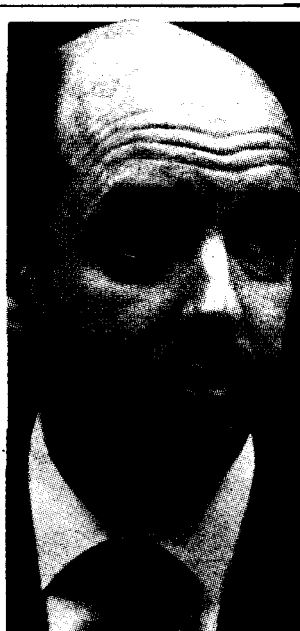


<b>Diabo</b>  12-12-2006	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>864 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>25000</b>	Página (s):	<b>1/14</b>



**CARLOS COELHO E OS VOOS DA CIA**

**'O GOVERNO NÃO PERMITE ACESSO ÀS INVESTIGAÇÕES'**

■ O presidente da Comissão de Inquérito do PE sublinha os «sinais de pouca boa vontade» manifestados pelas autoridades nacionais em colaborar

Pag. 14



<b>Diabo</b>  12-12-2006	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>864 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>25000</b>	Página (s):	<b>1/14</b>

**Carlos Coelho e os voos da CIA**

# «Governo não permite acesso às investigações»

*O presidente da Comissão de Inquérito do PE que investiga os voos da CIA diz que o Governo português «não tem gerido este “dossier” da melhor maneira» e que houve «sinais de pouca boa vontade» por parte das autoridades nacionais em colaborar com a Comissão. Carlos Coelho garante ainda que diversos governos europeus «não dizem tudo o que sabem»*

**ANA CLARA**

**D**EPOIS de a Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre os voos da CIA se ter reunido na passada semana, em Lisboa, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, **Luís Amado** — que acusou a Comissão de apresentar conclusões ignorando as explicações do Executivo português — o presidente da missão, **Carlos Coelho**, revela a O DIABO as conclusões dos encontros que teve em Portugal.

O eurodeputado diz que houve muitos detalhes e informações «relevantes» que ajudam a perceber o que se pode ter passado mas, «a ideia geral é a de que as próprias autoridades nacionais não conseguem provar o que efectivamente se passou e prosseguem investigações sobre a identidade dos passageiros dos chamados “voos suspeitos”».

Garante que «a obtenção de mais informações concretas depende sobretudo da capacidade e da vontade das autoridades nacionais de nos permitir o acesso às investigações em curso». E declara que, ao que tudo indica, «isso não vai suceder uma vez que o Governo considera que fornecer esses elementos — sobretudo os da identi-

dade dos passageiros — significaria uma violação da lei».

Depois de o ministro dos Negócios Estrangeiros ter dito que a Comissão do Parlamento Europeu ignorou explicações do Governo português, o eurodeputado garante que as declarações de **Luís Amado** «foram resultado de um equívoco». «O texto a que fazia referência é apenas uma versão preliminar do relatório final. Só a versão definitiva vincula a Comissão a que preside e ela terá em devida conta a avaliação que fizemos da missão a Portugal», explica.

## Falta de colaboração do Governo português

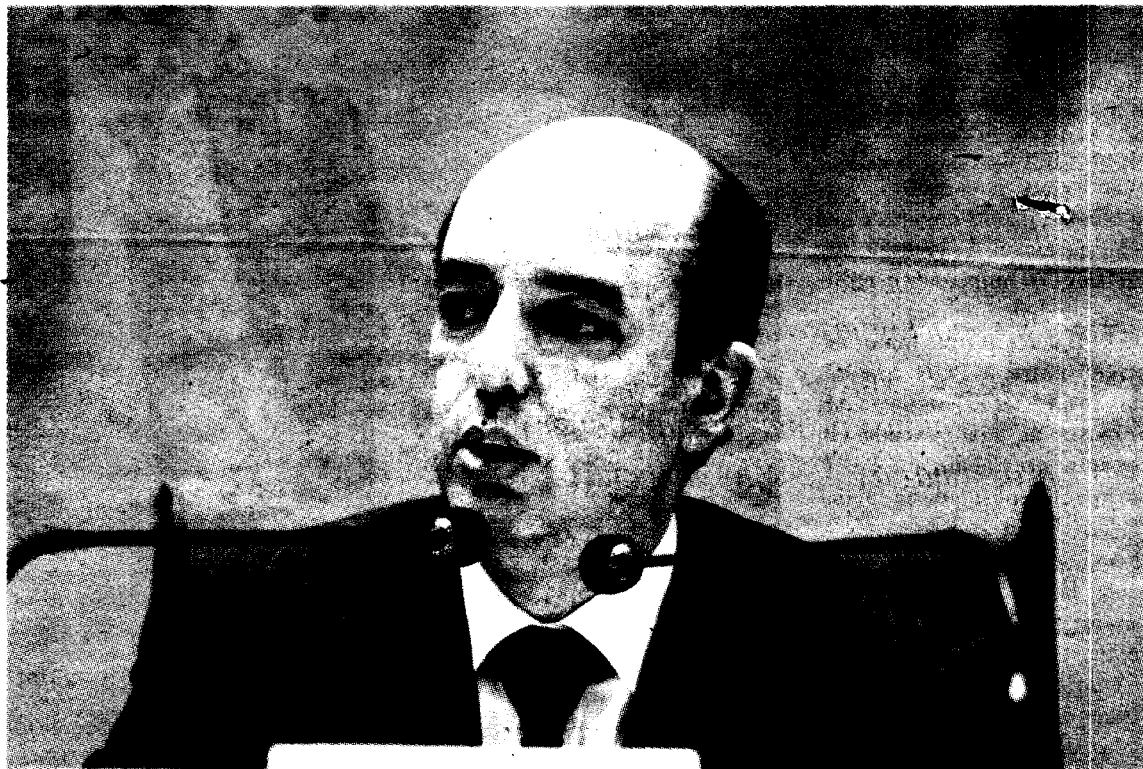
Sobre o facto de o Executivo de **Sócrates** ter mostrado alguma intransigência em colaborar com o PE nas investigações em curso, **Carlos Coelho** lembra que expressou publicamente, no devido momento, as suas reservas sobre «a falta de colaboração» do Governo português e lamenta: «creio que este dossier não foi gerido da melhor maneira». Contudo, ressalva: «O facto do senhor ministro ter aceite dialogar directamente com a Comissão marca uma alteração

para melhor na relação entre o Governo e a Comissão a que preside».

O eurodeputado afirma que tem a certeza de que alguns governos, incluindo o português, não estão a transmitir ao PE tudo o que sabem sobre o assunto e adianta que o Conselho Europeu — que integra os representantes dos estados-membros da União Europeia — «teve um comportamento deplorável que passou até por transmitir informação truncada». «Diversos governos recusaram-se a colaborar ou a prestar informação. É evidente que não dizem tudo o que sabem e fica a sensação desconfortável que têm algo a esconder», critica.

Sobre o facto de os antigos ministros da Defesa, **Paulo Portas**, e da Administração Interna, **Figueiredo Lopes**, terem recusado o convite da Comissão de Inquérito para prestarem declarações sobre a questão, **Coelho** sustenta que tem de «respeitar» essa posição: «Não posso obrigar ninguém a depor. Só tenho autoridade para fazer convites e tenho de aceitar que os convidados possam recusá-los. De qualquer modo de ambos recebi respostas por escrito que, com cortesia, me explicaram as razões porque não aceitavam o meu convite e

<b>Diabo</b>  12-12-2006	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>864 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>25000</b>	Página (s):	<b>1/14</b>



**«Tenho sentido de forma episódica algumas manifestações de desconforto. A forma como a minha delegação foi recebida na Assembleia da República é prova disso», lamenta Carlos Coelho**

reiteraram que, enquanto membros do Governo, não autorizaram nem tiveram informação sobre os alegados incidentes».

Perante os últimos dados apurados pela Comissão do PE, relativamente à passagem de 91 voos da CIA por sete aeroportos nacionais, o eurodeputado diz que não pode afirmar que «o Governo esteja despreocupado», já que há investigações em curso que estão a ser orientadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Todavia, sublinha que, «dada a natureza das suspeitas, seria desejável uma maior firmeza não apenas em Portugal mas nos restantes Estados-Membros da União».

Sobre os bloqueios que têm dificultado o trabalho da Comissão a que preside, Carlos Coelho é peremptório: «Tenho sentido de

forma episódica algumas manifestações de desconforto. A forma como a minha delegação foi recebida na Assembleia da República é prova disso. Durante uma reunião da conferência dos presidentes das Comissões Parlamentares já se tinha percebido isso também.

Durante muito tempo, não tive resposta sobre a disponibilidade do Governo português de reunir connosco».

Diz que não pode «falar em impedimentos» mas garante que «houve aqui e ali sinais de pouca boa vontade».

## Identificadas 1200 escalas na Europa

Recorde-se que o documento, elaborado pelo deputado socialista italiano

<b>Diabo</b>  12-12-2006	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>864 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>25000</b>	Página (s):	<b>1/14</b>

**Cláudio Fava**, relator da comissão temporária, identifica um total de 1245 escalas de aviões operados pelos serviços secretos norte-americanos na Europa desde os atentados de 11 de Setembro de 2001, e dá como provados dez casos de sequestros na Europa, no quadro da luta contra o terrorismo.

Elaborado ainda antes da visita que a comissão temporária realizou na semana passada, em Lisboa, este projecto de conclusões finais — o relatório final poderá ainda sofrer várias emendas e deverá votado pelo Parlamento Europeu em Fevereiro próximo — dedica dois pontos a Portugal, um dos 17 países mencionados no documento, e aponta que, desde 2001, aviões operados pela CIA realizaram 91 escalas em território português.

O documento dá conta de uma particular apreensão relativamente a diversos voos que tiveram como origem ou destino países ligados aos «circuitos de transferência de prisioneiros» e aponta designadamente três voos que

passaram por Portugal tendo como origem ou destino a base de Guantanamo, centro de detenção de suspeitos de terrorismo.

Tal como o faz em relação a diversos outros países, o documento deplora que tenham realizado escalas em Portugal aparelhos que se mostrou terem sido usados pela CIA, noutras ocasiões, para o transporte ilegal dos suspeitos sequestrados, e «encoraja fortemente» as autoridades portuguesas a procederem a uma investigação mais exaustiva aos voos tendo como origem ou destino Guantanamo.

No outro ponto dedicado a Portugal, o documento regista apenas a iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros português de criar um grupo de trabalho interministerial para examinar os procedimentos seguidos.

Recorde-se que no mês passado, o chefe da diplomacia portuguesa, **Luís Amado**, indicou que o grupo de trabalho concluiu não haver nenhum indício de qualquer ilegalidade cometida em Portugal.